



Carlos Pinheiro

## Simplex para quem?

### Crónica do portal do subsídio de mobilidade

Confesso que entrei nesta nova aventura digital cheio de esperança. Afinal de contas, o novo portal do subsídio de mobilidade foi apresentado como uma espécie de milagre tecnológico. Um produto digno de aplausos de pé, com direito a discursos entusiasmados, palavras como revolução, simplex, modernização do Estado e até aquele tom de orgulho quase paternal de quem acredita ter reinventado a roda. Acabaram-se as filas nos CTT, disseram. Acabaram-se os papéis, garantiram. O cidadão agradece e o contribuinte aplaude. Pelo menos em teoria.

Na prática, a história começou logo torta. O portal foi disponibilizado com pompa e circunstância, mas rapidamente se percebeu que ainda não estava totalmente operacional. Foi um vai e vem de informações contraditórias, recuos silenciosos, pequenos avanços anunciados como grandes conquistas e cidadãos a servirem de cobaias num sistema claramente em fase de testes. Tudo isto embrulhado num discurso político que vendia a plataforma como uma espécie de obra-prima da engenharia administrativa nacional.

Chegou a ser dito, com enorme convicção, que o portal iria funcionar quase como uma financeira. O passageiro pagaria apenas o valor máximo permitido, 119 euros nas viagens entre os Açores e o Continente, e o Estado adiantaria o restante valor da viagem. Simples, automático, justo. Uma ideia bonita. Pena ter ficado algures entre o PowerPoint e a realidade.

Depois vieram as alterações ao decreto. Afinal, para aceder ao sistema, o cidadão não podia ter dívidas nem à Segurança Social nem às Finanças. Nada contra o princípio, atenção. Mas talvez desse jeito avisar claramente antes de anunciar uma revolução digital acessível a todos. Pequenos detalhes que fazem toda a diferença quando se fala de direitos e não de favores.

Viajei recentemente para o Porto, já depois do famoso dia 15 de janeiro, a data escolhida para marcar o início desta nova era. Como bom marinheiro, preparei-me em terra. Fiz a validação como cidadão dos Açores, carreguei documentos, confirmei IBAN, email e agregado familiar. Demorou três dias. Nada de dramático. Até admito que este passo correu relativamente bem.

O que eu não sabia era que o verdadeiro teste à minha paciência ainda estava por começar.

À primeira vista, o portal até parece simples. Campos para datas, horas, origens, destinos. Tudo muito limpinho, muito moderno. O problema começa quando entramos no maravilhoso mundo das taxas. Porque não basta dizer quanto pagámos. É preciso falar em códigos. TP, YP, YQ, XP,

J9. Curto, frio e grosso. Quase poético, se não fosse trágico. Para o cidadão comum, isto exige ou um curso intensivo de aviação comercial ou uma carreira prévia numa agência de viagens.

E depois há a matemática. Ah, a matemática. Especialmente divertida quando se faz uma viagem de ida e volta com duas companhias aéreas diferentes, com escala noutra ilha que não a nossa, usando uma gateway alternativa. Contas, mais contas e a sensação constante de que qualquer erro vai resultar numa mensagem a vermelho a dizer que algo está errado, sem nunca explicar exatamente o quê.

Considero-me uma pessoa razoavelmente à vontade com computadores e sistemas informáticos. Mas chamar a isto simples ou simplex é um exercício de criatividade política ao mais alto nível. Não existe uma linha de apoio funcional, não existem dicas de preenchimento, o portal não é intuitivo e o manéio está longe de ser amigável. Dizem que os funcionários da RIAC estão a receber formação para apoiar os cidadãos. O que me leva a uma pergunta simples. Se é preciso apoio especializado, onde está a simplicidade prometida.

No meio do caos, lá consegui chegar ao fim. Ler a frase "O seu pedido foi concluído com sucesso e encontra-se em análise" foi como aterrar em segurança depois de várias tentativas num dia de mau tempo nos Açores. Um alívio. Um falso alívio.

No dia seguinte, recebo um email. Pedido rejeitado. Pensei que fosse erro meu. Normal, pensei eu, coisas novas dão sempre problemas. Mas a razão da rejeição é digna de comédia. O pedido pelo portal encontrava-se suspenso e, afinal, para pedir o reembolso, tinha de me deslocar aos CTT até 30 de janeiro de 2026.

Aqui confesso que ri. Rir para não chorar é um talento que nós, ilhéus, desenvolvemos com o tempo.

Caros leitores, nós merecemos mais. Não apenas mais. Merecemos muito mais respeito. Isto não é um favor feito aos Açorianos ou aos Madeirenses. É um direito. Basta de tetos máximos que não acompanham a realidade. Basta de portais que prometem facilitar e apenas complicam. Basta de decisões tomadas longe de quem vive diariamente estas dificuldades.

E, acima de tudo, basta de não nos ouvirem. Nem aos cidadãos comuns, nem aos políticos que nos representam e que têm feito chegar, repetidamente, o descontentamento às salas bem iluminadas de Lisboa. Porque uma revolução que obriga o cidadão a voltar à fila dos CTT não é uma revolução. É apenas mais um desvio inesperado num voo que já costuma ser longo.

## Ex-ministro inglês deixa Partido Conservador após ser citado pela 2.ª vez nos ficheiros Epstein

Um antigo governante britânico, citado nos documentos do caso Epstein, deixou o Partido Conservador. Peter Mandelson, que já tinha sido obrigado a resignar à nomeação para embaixador nos Estados Unidos, terá recebido mais de 70.000 euros do milionário, acusado de tráfico sexual e abuso de menores.

Peter Mandelson voltou a negar as alegações e disse que quer que tudo seja investigado para poder limpar o próprio nome.

No entanto, é a segunda vez que o antigo ex-governante britânico se vê envolvido no escândalo do chamado caso Epstein.

Desta vez, afastou-se do Partido Conservador, depois de terem sido revelados novos documentos que, alegadamente, mostram que terá recebido mais de 70 mil euros do

milionário.

Segundo a imprensa do Reino Unido, as transferências podem ter servido para garantir o apoio de Mandelson em decisões políticas, que favoreciam os negócios de Epstein.

Mas o ex-ministro diz que não se lembra de ter recebido o dinheiro.

Peter Mandelson já tinha sido forçado a resignar ao cargo de embaixador britânico nos Estados Unidos, no ano passado, quando foram conhecidas trocas de emails com Jeffrey Epstein.

**Mandelson manteve relação de proximidade com Epstein**

Apesar dos textos não terem nada a

ver com as acusações contra Epstein, nem mostrarem qualquer envolvimento de Peter Mandelson em questões ligadas à exploração sexual, mostram que manteve uma relação de proximidade com o milionário, mesmo depois deste ter sido condenado em 2008 por solicitação de prostituição a uma menor.

Na passada Sexta-feira, a Justiça norte-americana divulgou uma nova série de documentos do processo de Epstein.

Mais de três milhões de páginas, 180.000 imagens e 2.000 vídeos que, mais uma vez, trazem novos dados ao público.

Depois das novas revelações, crescem as vozes que exigem que André,

irmão do rei Carlos III, venham a testemunhar nos Estados Unidos.

Um dos advogados das vítimas diz que André poderia ajudar a perceber melhor como funcionava a rede que Epstein e a namorada, Ghislaine Maxwell, geriam.

Alguns membros do congresso norte-americano também querem que André Windsor testemunhe e o próprio Primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, já disse que qualquer pessoa que tenha informações que possam ajudar a Justiça neste caso deve preparar-se para as partilhar.